

Caminhos tecem sonhos

Duas histórias, uma herança:
as comunidades negras de Palmeiras e Vó Rita, em Goiás



PROSUL
Projetos de Vida

NEN

PALMARES
FUNDAÇÃO CULTURAL

VALEC
Engenharia, Construções
e Ferramentas S.A.

Ministério da
Cultura

Ministério dos
Transportes

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

VALEC

Engenharia, Construções
e Ferrovias S.A.

Josias Cavalcante – Presidente da Valec

Jair Campos Galvão – Diretor de Planejamento

Joaquim Maia Neto – Superintendente de Meio Ambiente

Cristiane Oliveira – Gerente de Meio Ambiente

Felipe Mazur – Gestor do Contrato



Wilfredo Brillinger – Presidente

Antonio Odilon Macedo – Diretor de Meio Ambiente e Energia

Elaine Vicentini – Coordenadora do Projeto

Equipe Técnica

Supervisão Editorial: Helena Jorge (MTB/DF-65399) e Willi Braz Vermohlen

Diagramação: João Henrique Moço

Revisão de Texto: Sérgio Ribeiro

Apoio Técnico: Simone Batista

Fotografia: Tina Coelho - Terra Imagem e Arquivo Fotográfico do NEN

SUMÁRIO

Apresentações	3
Parceria	6
Prefácio	9
Introdução	11
CAPÍTULO 1	
A escravidão no Brasil Central e os reflexos na formação da população negra do estado de Goiás	12
CAPÍTULO 2	
A população negra nos territórios de Palmeiras de Goiás e Trindade	16
CAPÍTULO 3	
Falas e memórias de um patrimônio negro	38
Bibliografia	58

APRESENTAÇÕES

Os quilombos são espaços vivos de história, onde negros e negras são responsáveis pela proteção do patrimônio afro-brasileiro por meio da preservação de sua cultura. É papel da Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), atuar para a proteção desses territórios, a fim de garantir os direitos constitucionais das comunidades quilombolas, onde se destacam heranças materiais e imateriais.

Para esse fim, entre as atividades desenvolvidas pela FCP/MinC está a participação nos procedimentos de licenciamento ambiental federal, no que se refere a indicar quais impactos as atividades ou empreendimentos podem trazer ao meio ambiente e ao dia a dia das comunidades quilombolas. As principais diretrizes para execução do licenciamento ambiental estão expressas na Lei 6.938/81 e nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/86 e 237/97.

A Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011, também regulamenta a atuação da instituição nos procedimentos de licenciamento. Cabe à FCP/MinC manifestar-se sobre a existência de comunidades quilombolas em áreas de abrangência dos empreendimentos e avaliar os impactos das atividades sobre os territórios quilombolas, propondo medidas de controle e mitigação dos danos.

A Fundação Palmares garante ainda a participação das comunidades quilombolas no processo de licenciamento ambiental, por meio da realização de reuniões públicas para identificar medidas e programas que possam minimizar e, eventualmente, eliminar os impactos negativos de grandes obras, bem como trabalhar políticas que possam maximizar os impactos positivos desses projetos.

A proposta é promover a sustentabilidade nos territórios quilombolas, com incentivo à importância de preservar os conhecimentos tradicionais, de acordo com a realidade social e as especificidades de cada comunidade.

A exemplo desse papel da Fundação Cultural Palmares/MinC, está o trabalho realizado junto aos quilombos Vó Rita e Palmeiras, localizados nos municípios goianos de Trindade e Palmeiras de Goiás, na área de influência da Ferrovia Norte-Sul. A partir da análise dos potenciais impactos, a FCP/MinC solicitou a execução de medidas mitigadoras, que incluíram a divulgação do diagnóstico resultante das intervenções empreendedoras junto à população, além de ações voltadas para a comunidade escolar.

O resultado é a publicação do livro *Caminhos Tecem Sonhos*, numa parceria da Fundação Cultural Palmares/MinC com a VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A e a PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. A obra nos traz a oportunidade de conhecer a dinâmica da formação dos quilombos Vó Rita e Palmeiras. São registros históricos das memórias da comunidade, sua herança ancestral, que nos aproximam ainda mais das realidades das comunidades quilombolas brasileiras.

Hilton Cobra

Presidente da Fundação Cultural Palmares/MinC

O quilombo é um símbolo de resistência, de coragem e de pertencimento. Valores como esses são os que buscamos em nossa sociedade moderna. A cultura do *homo cordialis* definida por Sérgio Buarque de Hollanda buscava a similitude com a Casa Grande, mesmo às custas da negação de suas origens, crenças e valores. Contrariamente, o quilombo foi uma forma de autopreservação. Tanto de sobrevivência imediata, individual, quanto de salvaguarda dos valores culturais, coletivos.

O estudo científico dessas comunidades envolve o resgate cultural. A urbanização das comunidades, apesar de seus aspectos positivos, traz também o risco de perda das tradições culturais. Assim, o resgate, o registro e a preservação dessas culturas traz em sua essência os valores originais do quilombo: a resistência, a coragem e o pertencimento.

Nesse sentido, este maravilhoso trabalho científico traz em seu âmago essa essência, ao buscar o resgate, o registro das tradições orais e a preservação cultural das comunidades de Palmeiras de Goiás e Vó Rita.

Parabéns aos autores. Minha admiração a este belo trabalho.

Josias Sampaio Cavalcante Júnior

Diretor-Presidente da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A

No âmbito do contrato de Apoio Técnico ao Gerenciamento Ambiental da Ferrovia Norte-Sul, firmado entre a Valec e o Consórcio Oikos/Prosul, coube à Prosul realizar os trabalhos relativos ao atendimento à condicionante nº 2.9 da Licença de Instalação (LI) nº 759/10 emitida pelo Ibama.

Nesse contexto insere-se a publicação deste trabalho desenvolvido em uma parceria técnica e científica entre a Prosul e o Núcleo de Estudos Negros (NEN).

Esta é mais uma demonstração do que um projeto da magnitude da Ferrovia Norte-Sul pode e deve oportunizar ao nosso crescimento social, econômico e cultural.

Resgatar e preservar a riqueza cultural de nossas Comunidades Tradicionais, como é o caso dos Quilombos Palmeiras e Vó Rita, é mais do que uma obrigação legal. É um passo relevante na afirmação da sociodiversidade brasileira.

Wilfredo Brillinger
Presidente da Prosul

PARCERIA



O NEN é uma organização a serviço do Movimento Negro de Santa Catarina. Foi fundado no ano de 1986, reunindo estudantes universitários e militantes negros na luta contra ao racismo e todas as formas de discriminação racial e social a que está submetida a população afro-brasileira, mediante a busca de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades para este segmento historicamente alijado dos direitos de cidadania.

O NEN, a partir de seus estudos e pesquisas e de seus programas de ação nas áreas da Educação, Justiça, Trabalho e Cidadania, busca assegurar o desenvolvimento sustentável nas comunidades negras, urbanas e rurais, e, do mesmo modo, a garantia dos direitos sociais. A estrutura organizativa do NEN está constituída a partir dos seguintes Programas:

- Educação;
- Justiça e Direitos Humanos;
- Desenvolvimento, Trabalho e Cidadania.

Fonte: <http://www.nen.org.br/index.php?&sys=onen>

Coordenação Executiva

Paulo Roberto Freitas da Silva

Joana Célia dos Passos

Ana Carolina Machado do Espírito Santo

João Carlos Nogueira

Karina de Araujo Dias

Pesquisadores/Projeto

João Carlos Nogueira (Coordenação)

Milena Reis

Gabriela Barros Rodrigues

Amilcar Oliveira (Revisão Técnica)

João Carlos Nogueira

Sociólogo, Doutorando em

Arqueologia (UTAD-Portugal)

Programa: Patrimônio e Cultura

Afro-brasileira (Núcleo de Estudos
Negros-NEN)

Coordenador da Pesquisa.

Milena Reis

Doutoranda em Quaternário, Materiais e Cultura –
Gestão Integrada do Território, com foco em territórios
étnicos (comunidades negras, rurais, quilombolas), pela

Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.

Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte
Ruprestre, nas linhas Gestão Patrimônio e Território pelo
Instituto Politécnico de Tomar e Universidade Trás-os-
Montes, Portugal, com validação pela Universidade de
São Paulo através de Convênio Acadêmico MAE-USP/
IPT em andamento (2008/2010).

Graduação em Comunicação Social pela Universidade
Federal do Maranhão - UFMA (2002/2008).

Gabriela Barros Rodrigues

Mestre em Biodiversidade e Conservação pela
UFMA: A conservação da biodiversidade e da
paisagem em Território Quilombola de Bacabal, MA
(Brasil).

Especialista em Estudos africanos e afro-brasileiros
PUC/MINAS (2008): A autenticidade dos cotidianos
afro-brasileiros através de um recorte etnográfico.

Especialista em Educação Ambiental para recursos
hídricos UPS (2004): A Educação Ambiental voltada
para o fomento do ecoturismo no município de Rio
Preto, MG.

Graduada em Turismo pela Unicentro Newton
Paiva (2001): Levantamento histórico das origens
do Candombe: negras raízes mineiras Comunidade
Quilombola do Açude Serra do Cipó, MG.



PREFÁCIO

Desde 2003 assumimos a inclusão social como eixo fundamental dos governos dos nossos presidentes Lula e Dilma Rousseff. Assim, adotamos desde o início a perspectiva de construir nosso país para todos, mais acessível e democrático, principalmente para as camadas mais carentes e excluídas da sociedade. Desde 2003 já atendemos 13,8 milhões de famílias com o programa Bolsa Família e podemos comemorar, em apenas uma década, o resgate de mais de 36 milhões de brasileiros da condição de miséria.

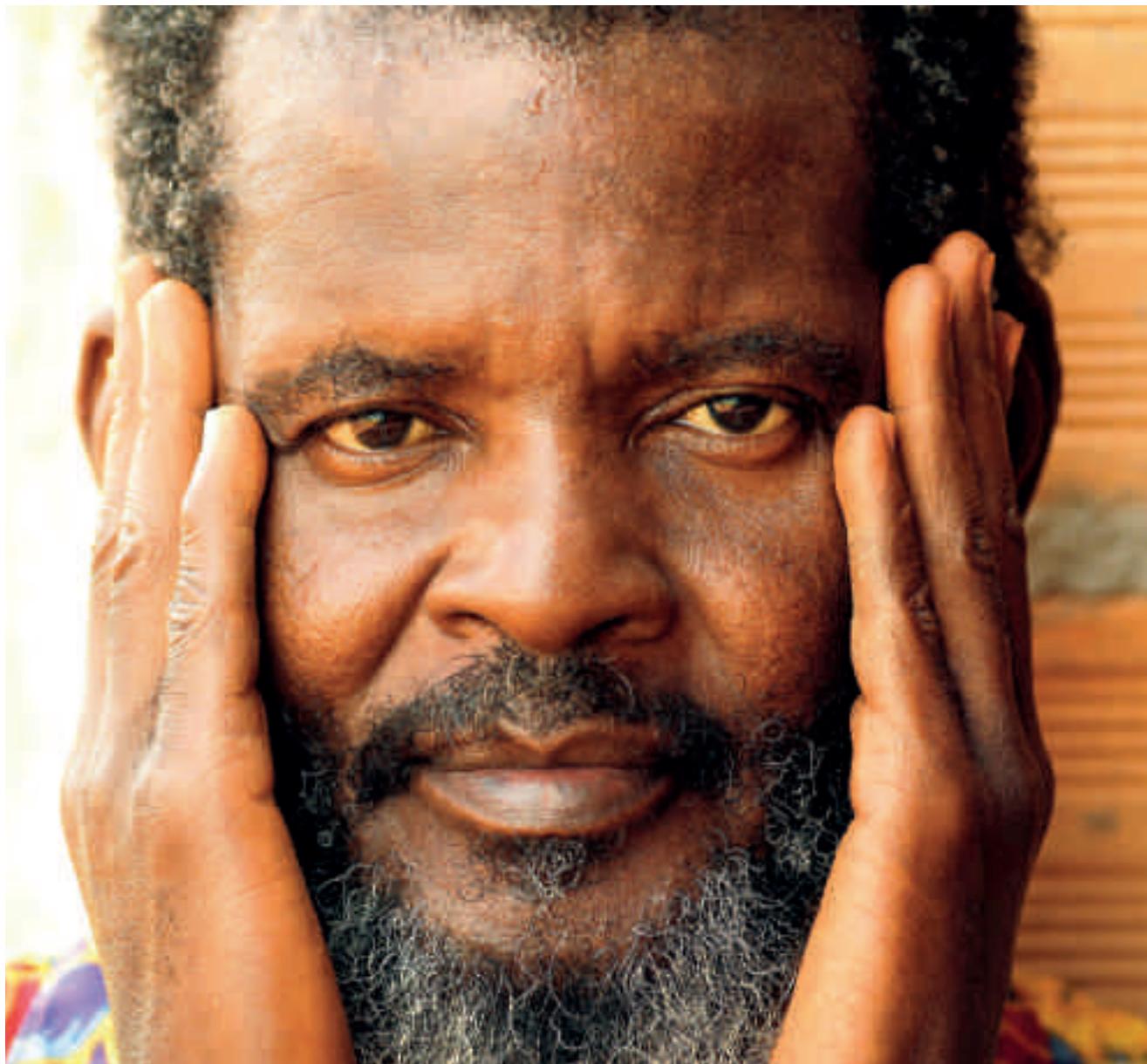
Mas o enfrentamento que promovemos às desigualdades no Brasil não se dá apenas no plano da distribuição de renda para os mais pobres. Acima de tudo, trabalhamos para assegurar a dignidade a todos aqueles historicamente excluídos. Nesse contexto, um grande desafio que assumimos foi o de garantir territórios e direitos constitucionais aos povos e comunidades tradicionais do Brasil, dentre as quais os quilombolas, por muito tempo marginalizados, discriminados e apartados da sociedade.

Pagar essa dívida social histórica, assegurando aos quilombolas seus direitos e políticas públicas que atendam às suas necessidades, é obrigação do Estado brasileiro. No âmbito do governo federal, o Programa Brasil Quilombola reúne diversas iniciativas para essas comunidades, que passam de 3,5 mil em todo o país. Avanços importantes já ocorreram. Mas ainda falta muito, pois os indicadores de desenvolvimento humano nessas comunidades ainda são muito precários quando comparados aos verificados entre os demais segmentos da população brasileira. Temos realizado um esforço verdadeiro e contínuo no sentido de transformar essa realidade.

Mas a mudança profunda e sustentável da condição dos quilombolas não depende apenas das ações do governo federal. É preciso superar preconceitos e discriminações. E mudar a postura de todas as esferas de governo e também da sociedade. O resgate da trajetória das comunidades quilombolas de Palmeiras de Goiás e Trindade é parte desse processo. É uma história marcada pelas cicatrizes da escravidão e da exploração, mas nela também emergem a resistência, a riqueza cultural e religiosa e a altivez de uma gente que se afirma como sujeito político senhor de seu destino. Cabe a todos que buscam um mundo melhor conhecer e reverenciar essa memória. É o que nos proporciona este precioso estudo.

Gilberto Carvalho

Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República



INTRODUÇÃO

Esta publicação trata do patrimônio cultural, história e memória das comunidades negras remanescentes de quilombos dos municípios de Palmeiras de Goiás e Trindade, no estado de Goiás. Duas comunidades que ao longo do século XX foram sendo urbanizadas nos seus respectivos territórios, o que teve como consequências mais evidentes a dispersão das famílias, o distanciamento das práticas coletivas dos rituais das religiões de matriz africana e a incorporação de outras práticas religiosas. Ocorreram também o silenciamento das cantigas e mudanças nos hábitos alimentares, sendo que as receitas da culinária afro-brasileira ficam mais “escondidas” e os chás, as rezas e os benzimentos aparecem com mais raridade. Como afirmou a antiga moradora Dona Sebastiana: “É a vida moderna tomando conta da gente”.

No entanto, como o propósito era o “resgate histórico e da memória” dessas comunidades, as pesquisas de campo, as conversas e as informações obtidas reservaram dados importantes da realidade, que paradoxalmente indicaram unidades de pertencimento ao território quilombola e uma forte unidade familiar a partir de seus núcleos, formando em cada uma delas estratégias diferentes de “identidades comunitárias” (Munanga, 2013).

Foi desenvolvido um percurso metodológico para a obtenção das informações, com reconhecimento inicial de campo, conversa participativa com toda a comunidade e contato contínuo com as lideranças no local. Foram realizadas entrevistas em grupo, trabalhando com amostragem, a partir de roteiro constituído de perguntas direcionadas. Também houve entrevistas individuais com pessoas identificadas como personagens-chave na obtenção de dados mais específicos sobre os sítios (origem, costumes, manifestações etc.) e pesquisas em órgãos municipais e outros estabelecimentos com o objetivo de construir uma base de dados oficiais – documentos, registros em cartórios e dados quantitativos em geral referentes às comunidades.

A publicação está estruturada em três capítulos. O primeiro contextualiza de forma breve o processo da escravidão no Brasil Central e a formação da população negra no estado de Goiás. O segundo capítulo aborda aspectos da população negra na região de Palmeiras de Goiás e de Trindade e sua participação na construção das cidades. A terceira e última parte da obra desenvolve uma narrativa a partir das falas e memórias das comunidades. É nessas esferas que se compõem o patrimônio e a cultura afro-brasileiros dessas comunidades, que resistiram ao longo dos séculos construindo estratégias de sobrevivência e vida de seu universo cultural frente às relações raciais e aos processos intensos de urbanização.

João Nogueira

A escravidão no Brasil Central e os reflexos na formação da população negra do estado de Goiás

Os movimentos de ocupação da população negra no território de Goiás ocorreram mais intensamente a partir do século XVII, indo até as primeiras décadas do século XVIII. Num período marcante do ciclo da exploração do ouro na região de Goiás, esses movimentos – econômicos e de fugas constantes de escravos de outras regiões como Minas Gerais, São Paulo e Norte do país – dão origem aos primeiros quilombos. Quando ocorreu a abolição da escravatura em 1888, registros históricos (Silva, Martiniano, 2003) informam que alguns quilombos foram representativos, agrupando entre 60 e 300 pessoas cada, dependendo da sua localização.

O quilombo do Bom Sucesso, em Água Fria, no pé da Serra Dourada, tinha aproximadamente 300 famílias que viviam da agricultura e do artesanato. O quilombo de Tesouras, ao norte de Comarca do Sul e os quilombos do Vale do Paranã, nordeste e norte, congregavam mais de 200 famílias, compostas por mineradores e agricultores que ocupavam o território da Serra Geral do Paranã. Uma das principais referências na região são os calungas, que se tornaram uma marca de resistência da luta quilombola no Brasil. Outro quilombo é o do Muquém, localizado ao norte de Comarca do Sul, na atual cidade de Abadia.

Já os quilombos do Pilar e do Ambrósio, localizados também ao norte da Comarca do Sul, foram dois quilombos igualmente reconhecidos pela historiografia regional e nacional. Existe certo consenso entre os historiadores, antropólogos e outros especialistas que pesquisam sobre comunidades rurais e remanescentes de quilombos em Goiás de que em todos os arraiais existe, existiu ou há fortes vestígios da existência concreta das comunidades remanescentes de quilombos.

A população negra livre no período da escravidão, escravos e quilombolas formavam a maioria dos habitantes desde a fundação do hoje estado de Goiás, que pertenceu até 1749 à Capitania de São Paulo. Essa maioria de população que formou o estado é mantida ainda hoje, representando 3.501.669 habitantes entre pretos e pardos, 58,3% do total dos 6.003.788 residentes no extenso território de Goiás. No município de Palmeiras de Goiás a população negra é representada por 52% do total de 12.144 habitantes, enquanto no município de Trindade representa 60,3%, totalizando 62.947 habitantes. Portanto, nos dois municípios pesquisados a população autodeclarada como pretos e pardos (critérios IBGE) representa em dados percentuais a maioria dos habitantes.

Invisibilidade e resistência cultural

O conceito de invisibilidade está associado à ausência de reconhecimento do “outro”, à negação individual ou coletiva de um grupo social, embora ele esteja inserido no contexto do território. Ele é culturalmente invisível enquanto portador de valores, símbolos e significados. Diferentemente do conceito de pertencimento, segundo o qual os sujeitos se autorreconhecem como indivíduos, grupo social, território ou nação, mesmo não “dominando” necessariamente todos os códigos de seu pertencimento cultural.

As comunidades de Palmeiras de Goiás e Trindade vivem atualmente um momento de reconhecimento público e pertencimento social, cultural e territorial. Partem de suas raízes como grupo desterritorializado para reconstruir e resignificar as suas memórias, configurando assim as suas características de comunidades remanescentes de quilombos e sua identidade comunitária.

Comunidades quilombolas e quilombos urbanos

Muitas comunidades negras rurais quilombolas sofreram ao longo do tempo os processos de urbanização. A expansão urbana, a grilagem de terras e mesmo as ocupações desordenadas “forçaram” processos de urbanização em diversas comunidades em praticamente todos os estados da Federação. No caso de Goiás, são reconhecidos seis casos de comunidades “urbanizadas”, o que se insere no intenso debate sobre as fronteiras urbano-rurais (Santos, Veiga, Rolnik e outros).

As seis comunidades são a Jardim Cascata, localizada no município de Aparecida de Goiânia; a Tomás Cardoso, no município de Goianésia; a Nossa Senhora Aparecida, no município de Comínia; a Antônio Borges, em Barro Alto; a Comunidade Vó Rita, no município de Trindade, e a Comunidade Palmeira, localizada no município de Palmeiras de Goiás. Esta última ainda não figurava no estudo denominado Cartografia Social, realizado em 2010 e publicado pela UEA Edições (Almeida e Junior, 2010).

As Comunidades Palmeira e Vó Rita se apresentam na atualidade como “Comunidades Negras Quilombolas” com características rurais/urbanas. Seja pelos aspectos do território onde residem ou das manifestações locais, mais velhos e mesmo os jovens falam da transição rural/urbana que vivenciam. Os mais velhos contam de um tempo “passado”, em que estavam presentes o trabalho no campo, a lavoura, os chás, as ervas e os alimentos da roça que “sortiam” a mesa, como também os bailes, as cantigas e as rezas que mobilizavam as famílias negras da comunidade.

Para os jovens há uma inquietação com o “peso” do passado rural, difícil, distante dos desejos e sonhos característicos da juventude. Em particular para os jovens de Palmeira, cidade é Goiânia, para onde viajam para passear, se divertir, dançar, visitar amigos e adquirir roupas e calçados. O tênis da moda. Não há saudosismo com o passado, mas manifestam o sentimento de pertencimento ao lugar, de respeito aos mais velhos. O orgulho do “Tio Sara” e sua luta, da Dona Sebastiana, do “Seu Luiz” – ou Tio Luiz, como muitos o chamam. Contam das rodas de pagode e das mesas do samba de raiz, do futebol, mas também da solidariedade para “levantar” as casas dos amigos e parentes, marcas das relações sociais rurais/urbanas.

Há um intenso debate em torno dos conceitos e definições sobre as fronteiras urbano-rurais (Santos, Veiga, Rolnik) e tratando-se dos territórios quilombolas e indígenas o debate ganha contornos ideológicos e controversos que obrigam manifestações do Estado e da sociedade quanto à legitimidade e à legalidade dos direitos à terra, embora este seja um direito conquistado constitucionalmente. Para além da fronteira das tensões ideológicas e de poder, contemporaneamente indaga-se o que é o rural e o urbano. As mais de quatro mil comunidades quilombolas que estão localizadas nos municípios brasileiros compõem o nosso imenso território. Temos municípios inteiros reconhecidos como territórios quilombolas, sendo um caso emblemático o município de Alcântara (MA). Há também quilombos urbanos conhecidos nacionalmente, como é o caso da Família Silva, em Porto Alegre, e do Quilombo Chácara das Rosas, no município de Canoas, também no estado gaúcho. Isso além de vários outros na região Sul que ainda não ganharam dimensão pública, mas confirmam a crescente demanda por reconhecimento dos denominados quilombos urbanos.

A população negra nos territórios de Palmeiras de Goiás e Trindade

Palmeiras de Goiás

Raffestin (1993) diz que um território se forma a partir de um espaço e que para conhecê-lo é importante conhecer o espaço anterior. No município de Palmeiras de Goiás, em pouco tempo, não é difícil observar uma cidade onde alguns locais são facilmente identificados pela população que os habita, assim como também as mudanças e/ou integrações naturais advindas com o crescimento populacional e territorial das cidades.

Antiga São Sebastião do Alemão, a cidade de Palmeiras de Goiás, por volta do final do século XVIII e início do século XIX, era habitada pelo garimpeiro Jonas Alemão. Em 1800, a família Andrade, sob o comando do tenente Antônio Martins Ferreira de Andrade, fixou-se próxima às margens do Rio dos Bois. Tempos depois, o tenente doou parte das terras para a construção de uma igreja dedicada a São Sebastião (padroeiro do município). Segundo Lopes Júnior (1996), foi a partir da vinda da família Franco para a Fazenda Boa Vista que se consolidou a formação da cidade de Palmeiras de Goiás.



Localização do município de Palmeiras de Goiás.

De acordo com o último Censo do IBGE (2010), o município possui 23.338 habitantes, numa extensão de 1.539,693 km², com uma economia voltada para a pecuária, a indústria e o comércio local. Em Palmeiras de Goiás surgiu o bairro Palmeiras, mais conhecido como Goianinha, a partir da presença de escravos vindos com a família Franco, de Minas Gerais.

Dos 23.338 habitantes, 12.144 equivalem à população negra local, que se encontra em sua maioria concentrada nos bairros Aeroporto e, principalmente, Goianinha. Partindo de relatos dos habitantes do bairro, a formação de Goianinha se deu a partir da doação feita por um rico fazendeiro aos moradores da época – constituídos por famílias negras. O bairro não possuía energia elétrica, sendo utilizados lampiões. Sua estrutura contava com ruas de terra, água de cisterna e casas de pau a pique (Almeida, 2000). Segundo narrativa da população local, o nome Goianinha se originou do fato de antigamente o final do que hoje é a Avenida Seis de Julho, principal avenida do

bairro, ser a saída do município, sendo substituída tempos depois, ficando o lugar como caminho para fazendas da região. Ali surgiu a comunidade negra de Goianinha e o bairro do município de Palmeiras de Goiás.

Os negros de Goianinha

Não se sabe ao certo de onde vieram os remanescentes de escravos de Palmeiras de Goiás. A própria história negra local é escassa. Não foi possível localizar registros históricos, oficiais ou orais, quanto à origem. Durante entrevista com algumas famílias, mencionou-se a existência de documentos em poder da Igreja Matriz de São Sebastião, o que não foi possível confirmar, tendo em vista a dificuldade na localização dos mesmos. Com isso, as informações aqui citadas se baseiam nos relatos da população negra palmeirense, considerando-se seus

integrantes como norteadores nesse processo enquanto *ferramenta* para compreensão das “noções do tempo, lógica da estrutura de parentesco, soluções de alimentação e ordenamento social (...) partes inerentes à compreensão de grupos que sempre são exóticos ao conhecimento comum” (Meihy & Holanda, 2007:40).

Um dos narradores dessa história, Adão Lázaro Batista – também conhecido como “Seu Sara”, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeiras de Goiás e militante do movimento negro local – acredita que seus antepassados chegaram à região em 1868, vindos de Bitaclo, onde hoje é Linda Vista, distrito de Cezarina. “Viemos com a família Franco pra cá, na condição de escravo. Trouxemos 32 peças de negro”, diz. Segundo ele, a motivação para essa migração partiu de uma negociação feita entre fazendeiros. “Trocaram sete mil alqueires lá em Ituiutaba por 20 mil aqui. (...) O nome não tem assim de memória, mas são nossos ancestrais. Eles vieram pra Fazenda Boa Vista”, afirma.



Estátua Garimpeiro, na praça do município de Palmeiras de Goiás



Seu Sara, militante do movimento negro

Segundo Seu Sara, os escravos que deram origem à população negra local vieram principalmente de Ituiutaba (MG) – além do Rio de Janeiro e de outras regiões do estado de Goiás – e pertenciam à família Franco, que se estabeleceu na Fazenda Boa Vista. A proprietária, conhecida como “Mãe Gorda”, ficara viúva em Minas Gerais e tinha um grande número de escravos. Para não perdê-los ela realizou a troca, que resultaria em sua vinda para a região.

No entanto, o livro “A história de Palmeiras de Goiás”, de José Pereira Lopes Júnior, publicado pelo município nos anos 1990, cita que já havia a presença de escravos nas fazendas e redondezas. Tal fato não chega a invalidar a fala de Seu Sara, uma vez que pode fazer referência ao bairro Goianinha, levando-se em consideração a localização da fazenda de Mãe Gorda.

Uma curiosidade citada por ele é que, por estarem fisicamente isolados na área que compreende Palmeiras de Goiás, os negros não tomaram conhecimento da assinatura da Lei Áurea e permaneceram como escravos por

muitos anos após a abolição, em 1888. “Permanecemos escravos até bem pouco tempo atrás, vivendo na condição de escravos. Os últimos a saírem foram Bofé, Bastiola... Já saíram de lá”, relembra Seu Sara. Tal observação não deixa de ser possível, considerando que durante o processo abolicionista e mesmo depois de sua promulgação muitos negros se mantiveram na condição de escravos, tendo em vista o fato de muitas fazendas e regiões se encontram afastadas dos grandes centros e ser conveniente para muitos donos de “peças” – como eram considerados os escravos – esse desconhecimento.

Outra versão sobre a ida dos primeiros negros para a região, em especial para Goianinha, e que pode explicar a formação do bairro, é a de que os escravos saíam da fazenda à qual pertenciam e iam para o Bitaclo (que significaria venda pequena) e envolvidos em conflitos eram “expulsos”. Nessa condição, seguiam até chegar a Palmeiras de Goiás e lá constituíam família. Trabalhavam para a população branca local, na maioria das vezes em condições de subescavidão, trocando a força do trabalho por comida e vestimentas, por exemplo. Pode ser que a partir daí é que tenha se originado o quilombo de Palmeiras.

Relatos de personagens vivos dão conta do tratamento dado aos primeiros negros e seus descendentes. Um desses personagens é Dona Geralda Onéria de Sousa Carvalho, que aos 87 anos lembra o relato da avó: “A patroa colocava a cadeira no meio da cozinha pra poder vigiar o comer, pra não deixar pôr nada de carne na boca, essas coisas assim. Punha o tamborete lá e falava: ‘Fulana, traz a colher aí com caldo pra mim provar’. Aí ela trazia, ela colocava na boca, pra ver se tinha sal, pra ver se tinha o quê, e provava. Assim era a vida dos escravos. Diz a minha avó que era desse jeito. Ela mostrava o sinal do chicote nas costas dela. Eles tudo diz que era desse jeito. A reca dos filhos da minha bisavó tudo era escravo”, descreve Dona Geralda.

Segundo os relatos, Goianinha à época se resumia a uma rua, que margeava o Córrego do Alemão até a Praça da Mangueira (Rua das Flores). Os negros não eram aceitos na parte central do município e viviam segregados no bairro Goianinha – à época distante da cidade –, fato que foi muito mencionado durante as entrevistas, sob diferentes versões.

Outra observação característica da formação desses bairros é que a maioria da população negra possui algum tipo de parentesco ou compadrio, traço marcante nas comunidades negras – tios, sobrinhos, filhos, afilhados, pais, numa relação de respeito e convívio contínuos. Tal característica seria ocasionada pela junção inicial de escravos ou ex-escravos da cidade. “Na filmagem do centenário de Palmeiras, participou eu (Maria Luiza), Adãozinho (Seu Sara), Tio Nego e Tia Geralda (...) e lá tanto o Tio Nego como a Tia Geralda falou que tinha uma avó, bisavó deles que seria escrava (Indiara)”.

A comunidade de Goianinha e o município de Palmeiras de Goiás

Ao longo dos anos e dos trabalhos realizados com comunidades – para além das bases teóricas necessárias na construção dos mesmos –, a pesquisa empírica, o trabalho de campo, no contato com o outro, com os artefatos que compõem seu universo, os olhares e os bens móveis e imóveis dos territórios pesquisados permitiram observar que é no “estar” com o outro que se pode compreender melhor o seu mundo, o seu cotidiano, parte do seu todo. Assim, como cita Passos & Barros (2009), “o ponto de apoio é a experiência entendida como um “saber-fazer”. Isto é: um saber que vem, que emerge do fazer. Tal primado da experiência direciona o trabalho da pesquisa do “saber-fazer” ao “fazer-saber”. Do saber na experiência à experiência do saber. Eis aí o caminho metodológico (p.18). Assim foi em Palmeiras de Goiás e Trindade.

O trabalho de campo no bairro Goianinha identificou sentimentos distintos entre a comunidade negra local. Alguns moradores veem a cidade como segregacionista, com a existência de um racismo ocultado pela necessidade de convivência. Outros não se sentem discriminados e afirmam viver com tranquilidade com relação a essa questão. Não há um consenso, embora se possa considerar – tendo como base as narrativas – que a discriminação racial e a questão negra, citadas tanto num âmbito social e econômico, quanto político e cultural, estão presentes no cotidiano local do município, na maioria das vezes de uma maneira que é ocultada pelas relações sociais como um todo – seja alicerçada pelo passado, seja presente no cotidiano atual local. “Na escola era chamada ‘nega preta do sovaco fedorento’. Uma vez eu vinha da escola e ele (um garoto) vinha atrás de mim: ‘Eu dei um tapa na cabeça de uma preta, quando eu vi a coisa preta, deu vontade de vomitar!’ Menina, eu peguei um pau de mandioca e rumei na cara dele e disse: ‘Eu dei um tapa na cabeça de um veado, quando eu vi saiu melado...’ E ele saiu numa gritaiada e quando eu vi tava o pai dele na porta da minha mãe”, relata Jorjeta Maria de Jesus.

Outra característica percebida é a marcante presença da mão de obra negra em ocupações como empregada doméstica, pedreiro, lavadeira, dentre outras, o que não chega a ser estranho, considerando o contexto histórico do país, apesar dos avanços obtidos a partir de políticas públicas e outras ações em prol da população negra brasileira. “Ainda tem muita restrição. Eles suportam nós porque eles precisam da gente pra trabalhar. Eles são tão abusados que veio uma senhora atrás de uma pessoa pra trabalhar, mas ela só queria se fosse negra”, conclui Jorjeta.

Já a população negra idosa, que já não participa ativamente da vida social local, em geral acredita que não há nenhum tipo de discriminação ou separação por conta de sua condição de negro e que sempre houve uma boa relação entre brancos e negros. No entanto, durante algumas entrevistas verificou-se que em alguns momentos eles

refletiam antes de responder, analisando as respostas, como que as estudando. A atitude pode ser considerada “normal” levando-se em consideração a idade e o tempo pretérito em que viveram em Palmeiras e também a necessidade de um tempo maior em campo para que os depoimentos ocorressem de forma mais “natural”.

A partir das caminhadas realizadas a fim de fazer um melhor reconhecimento de área, foi percebido um ponto interessante quanto à presença negra no município. A Avenida Humberto Mendonça, principal entrada e saída de Palmeiras de Goiás e que divide o sul e o norte da cidade, pode ser considerada o principal ponto do município, concentrando bancos e estabelecimentos comerciais. Partindo da entrada da cidade, o lado oposto àquele onde se localiza o bairro Goianinha, encontra-se uma área do território onde a presença negra é escassa. Isso ocorre especialmente na parte central, o que pode se justificar pelos relatos nas falas de alguns entrevistados quanto ao passado e à não permissão simbólica da passagem ou presença dos negros nessa área, salvo quando esses prestavam algum



Luiz Carvalho e família, moradores de Goianinha

tipo de serviço, como cita um quilombola: “Esse setor aqui era distante da cidade. Até pra gente sair nas ruas era difícil. Era hostilizado, eram maltratados, era assim”.

Já nos bairros Goianinha e Aeroporto e adjacências a presença negra é mais observada, assim como as relações entre brancos e negros numa mesma família. Num dia comum, ao passar pelo bairro não só se visualiza a presença negra nas calçadas, em afazeres domésticos e de lazer, como também idosos nas portas de suas casas, na prosa com vizinhos e familiares; mulheres nos terraços junto dos filhos, crianças brincando ou em direção à escola. Também é possível identificar práticas ligadas à cultura e/ou à identidade afro-brasileira.

Sob esse aspecto, a análise da influência do espaço nas relações socioculturais e na forma como essas relações se dão no que tange à memória local está ligada à gestão territorial. Funciona como forma de entendimento desses espaços, possibilitando uma correlação direta ou indireta nas inter-relações estabelecidas. Nesse caso mais de forma simbólica, considerando a memória social da população negra de Palmeiras, do que em relação à própria atuação do território em si.



Avenida Seis de Julho - Bairro Goianinha, Palmeiras de Goiás

Atualmente Goianinha tem sua extensão asfaltada, com a avenida principal dividida por um canteiro que corta quase toda a área até o que consideram seu final, uma estrada de chão que dá acesso a fazendas. Inicialmente pensou-se na divisão por um canteiro como uma espécie de ‘quebra’ entre o bairro e a população local, o que não foi confirmado nos depoimentos. Segundo esses, a obra existe há mais de três décadas e é vista como um benefício. Dizem ainda que a divisão do bairro por um canteiro não alterou ou modificou a vida local ou mesmo significa alguma forma de separação. No entanto, a chegada de outras famílias transformou a paisagem da comunidade. Se antigamente eram vistas muitas pessoas negras, atualmente já se veem pessoas brancas e relações entre esses grupos, o que ao longo do tempo pode, de certa maneira, modificar a paisagem não só no que tange ao território enquanto espaço físico, mas também às pessoas inseridas nesse espaço.

Se no passado Goianinha era um bairro periférico, habitado pela população marginalizada da cidade, onde se concentravam os negros e as prostitutas² – convivência que segundo alguns relatos se dava de forma respeitosa e amigável –, hoje ir ao bairro é chegar a um território totalmente inserido na zona urbana do município, com características próprias de um bairro interiorano. Mas também um bairro que conserva, dentro das possibili-

2 Muitos relatos indicam que eram mandadas para o bairro as prostitutas da cidade, impedidas de circular pelo centro do município, configurando o local também como a área de atuação delas.



Moradores do bairro Goianinha, Palmeiras de Goiás, durante roda de conversa



*Dona Geralda,
bairro Goianinha,
Palmeiras de Goiás*

dades existentes (e muitas vezes de uma forma não tão consciente), elementos afro-brasileiros fortes e constituintes da identidade negra local, que podem ser observados nas falas, no cotidiano, em pequenos gestos que remetem a essa origem e à sua permanência – seja ela com traços miscigenados ou não.

Tal afirmação, por sua vez, traz uma questão preocupante, que é a perda, de forma gradativa, desses mesmos elementos. Esse fato é percebido pelos moradores quando dizem “Eu considero até hoje um quilombo aqui. Se bem que nos deixamos influenciar demais, perdemos muito da nossa cultura. (...) Você fica quase que sem personalidade. Você não se sente negro de fato, por causa desses elos perdidos. Foi perdendo, perdendo, perdendo... Você tenta resgatar, mas você não consegue”.

Ainda há no bairro e no município pessoas que buscam a preservação e a manutenção da cultura e da identidade negra, mas por razões diversas (institucionais, pessoais ou mesmo no que concerne à conscientização) não encontram meios de levar essa busca adiante. E a ausência dessa preservação se reflete, por exemplo, na juventude local e na perda de dados históricos importantes na identificação sociocultural do bairro e, por conseguinte, da cidade.

Ainda assim, existe ali uma comunidade formada por famílias que vão continuando sua descendência em busca de melhores condições de formação, de preservação de práticas e costumes trazidos por pais, avós e bisavós palmeirenses, carregando na memória coletiva (Halbwachs, 2006) os elementos formadores dessa história.



*Dona Esmeraldina,
idosa do bairro
Aeroporto*

Isso remete a Hobsbawm (2008), que em *A Invenção das Tradições* fala sobre novas tradições inseridas a partir do passado, como “reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória” (p.10). Em Palmeiras de Goiás tal repetição não se traduz no todo do cotidiano negro local, mas nas parcelas mais antigas e unidas por um forte laço familiar e de pertencimento, que influi no que é possível observar e participar no que diz respeito às tradições negras do município, à sua gente, à sua história.

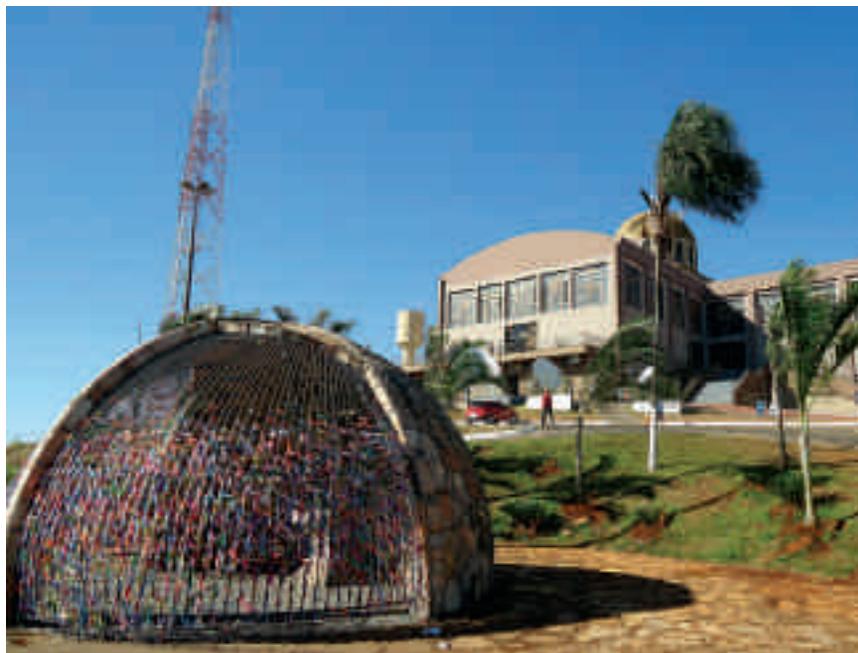
Goianinha e os bairros adjacentes que compõem o território aqui exposto ainda trazem fortemente marcados aspectos que vão desde pequenos traços, como alguns costumes trazidos e repassados através de gerações – o respeito entre as famílias e os mais velhos, a bênção que é pedida aos avós, tios, mães; as cantigas cantaroladas mesmo quando nem sempre se sabe sua origem ou contexto –, até práticas mais consistentes dos antepassados, como benzimento, hábitos religiosos, artefatos utilizados, comidas ainda preparadas etc.

Passar pelo bairro, conversar com os antigos, ouvir as histórias de Dona Geralda, a militância e memória ativa de Seu Sara, o olhar observador de Seu Luiz, a alegria na lembrança das receitas e da história de luta de Dona Sebastiana, a sabedoria e simplicidade de Seu Erones na prática do benzimento de enfermidades e o brilho nos olhos ao contar de onde vem esse dom, ou mesmo a consciência dos filhos e netos desses personagens de que ali

foi e é um bairro negro, com tradições afro-brasileiras ainda vivas, faz de Goianinha – ressignificado sob alguns aspectos, mas ainda vivo nas tradições seculares – um território negro, goiano, brasileiro.

Trindade

O município de Trindade está localizado a apenas 18 quilômetros da capital, Goiânia, na mesorregião centro-oeste do estado de Goiás. Pertencendo inicialmente ao Distrito de Santa Cruz, não há uma definição quanto à sua origem, devido à falta de documentos oficiais que registrem sua criação. Acredita-se que por volta de 1810 já houvesse uma vila conhecida como Barro Preto, em virtude de um córrego que margeava a nascente da região e que tinha água salobra e barro escuro. Importante durante o período do ciclo do ouro, a região, com seu declínio, em meados da primeira metade do século XIX, registrou o surgimento de novas práticas econômicas, como a pecuária e a agricultura. Ainda nesse período, a então Barro Preto deu início à história de fé e tradição religiosa que marca a cidade de Trindade, que se tornou nacionalmente conhecida por sua basílica e pela realização da Festa do Divino Pai Eterno.



Área da Basílica do Divino Espírito Santo – Trindade



Segundo a historicidade local, a partir de publicações sobre o município relacionadas à tradição do Divino Pai Eterno, tudo começou quando agricultores encontraram num córrego um medalhão com a imagem da Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria. Consta que um casal de mineiros – Constantino Xavier Maria e Ana Rosa – chegou nas terras onde mais tarde surgiria a cidade de Trindade e ali se estabeleceu. Durante o trabalho no campo foi encontrado o medalhão, dando origem ao que hoje é a celebração do Divino Pai Eterno. Em 1843 foi erguida a primeira capela, no local onde o casal e vizinhos se reuniam para rezar junto ao medalhão. Uma nova sede foi construída 23 anos depois, batizada de Capela do Santuário e existente até os dias atuais.



Medalhão da Santíssima Trindade. Fonte: Wikipédia.

Desde então, crescendo em número e também com a amplificação da simbologia, a população realiza novenas, terços e celebrações cristãs para o Divino Pai Eterno. Trata-se de uma festa consolidada que a cada ano atrai grande quantidade de romeiros e turistas para o município. Livros, sites e outros meios que contam a história dessa tradição são encontrados, assim como imagens de santos e gravuras com o símbolo da festa, dentre outros artefatos produzidos em função do Divino Pai Eterno.

Embora haja manifestações de outras religiões na cidade, incluindo as de matriz afro-brasileira, o município de Trindade é conhecido por sua tradição católica, com a movimentação da população católica e muito do comércio girando em torno da basílica, em especial durante a festa.



Basilica do Divino Espírito Santo e imagem de Cristo na gruta ao lado da Catedral



Todos os anos milhares de pessoas de todo o país se voltam para o município, transformando Trindade num celeiro de fé, movimentando o comércio local e unindo a população em torno da celebração da Santíssima Trindade. Muitos romeiros vindos das cidades vizinhas a Trindade e de outras regiões do estado caminham quilômetros pelas estradas goianas até o município, pagando promessas.

Segundo o último Censo (2010), o município possui 104.488 habitantes, distribuídos numa área de 710,713 km². A economia é voltada para a pecuária, indústrias e, ao longo do ano, mas em especial durante a Festa do Divino Pai Eterno – entre o final de junho e início de julho –, para o turismo religioso. Estima-se que mais de dois milhões de pessoas visitam o santuário, movimentando a economia da cidade conhecida como a capital católica do estado de Goiás. No município está situado o Quilombo Vó Rita, cuja composição se distribui entre os setores Bela Vista, Pai Eterno e Matadouro, e onde começa toda a trajetória das famílias negras de Trindade, por meio da história da descendente de escravos Rita Felizarda de Jesus, a Vó Rita.



Localização do município de Trindade.

Os negros de Trindade

A população negra de Trindade é formada hoje por 62.947 habitantes, também segundo o último Censo, e está distribuída por todo o território do município, especialmente nos bairros considerados negros e também periféricos – segundo narrativa de uma liderança local –, como Bela Vista, Mariápolis, Laguna, Palmares e Vida Nova, dentre outros. No entanto, precisar o início dessa formação ou mesmo a origem dos negros que foram para o município não foi possível por uma série de motivos, dentre os quais dificuldades no acesso a dados e até mesmo certa coesão quanto a articulações referentes à questão negra local. Uma vez observadas tais dificuldades e considerando o contexto histórico goiano, bem como sua geografia, não é de todo errado conjecturar a chegada dos primeiros negros e o estabelecimento desses na região de forma similar à chegada dos primeiros negros em Palmeiras de Goiás e mesmo em todo o estado, nas fazendas e minas.



Foto antiga de Vó Rita

Enquanto em Palmeiras não há oficialmente uma articulação negra ou mesmo reconhecimento nesse aspecto, em Trindade, além de haver uma militância reconhecida, existe, também, com sede no bairro Setor Bela Vista, o Quilombo Vó Rita. Contudo, apesar de já haver um registro oficial do quilombo, a realização do trabalho de campo deparou-se com alguns complicadores. Entre eles estão a dificuldade na localização das pessoas, de construir os “nexos” entre os grupos e famílias nessa fase de campo, da Associação Quilombola e, principalmente, do levantamento de dados que embasassem a história dos negros vindos para a localidade.

Em nenhum ponto da cidade havia qualquer conhecimento por parte da população quanto à existência de uma comunidade quilombola chamada Vó Rita. E mesmo nos bairros citados como integrantes da comunidade não havia qualquer referência ao fato de aquela área pertencer a um quilombo, nem o reconhecimento das pessoas como seus representantes ou descendentes.

Sob esse aspecto, diferentemente de Palmeiras de Goiás, em Trindade observou-se a necessidade de uma maior atuação por parte da Associação Quilombola Vó Rita e do movimento negro, tanto no que se refere à visibilidade do quilombo, sua história e trabalhos realizados, quanto na unicidade dos membros integrantes da entidade. Para o município e para a população negra local o “conhecer” a história de Vó Rita e sua existência enquanto entidade é importante não só em relação ao estreitamento dos laços, como também a uma maior integração entre negros e brancos. Entre a população de Trindade como um todo. Trata-se de uma história de luta, como muitas outras histórias quilombolas em todo o país, concentrando memórias, saberes, fazeres tradicionais, ressignificados ou não, incorporados ao cotidiano na forma de vários elementos: comidas, artesanato, artefatos de uma forma geral, cantigas, danças, música, remédios caseiros e outros.

O processo de reconhecimento

O Quilombo Vó Rita foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 5 de maio de 2009, registrado no Livro de Cadastro Geral nº 11, Registro nº 1.130, fl. 146. Sua sede está localizada no Setor Bela Vista, sob a presidência de Luzia de Fátima Basílio e vice-presidência de Neide Alves de Oliveira (neta de Vó Rita), mas o quilombo está representado física e simbolicamente em três territórios distintos dentro do município de Trindade,



*Filhos de Vó Rita reunidos em 1985 (acima)
e filhas, neta e sobrinha, em 2013*



que compõem sua unidade: Setor Bela Vista, Setor Pai Eterno e Setor Sul, onde se situa a casa onde viveu a matriarca da família. Os territórios estão inseridos no contexto urbano do município, como acontece em Palmeiras, e localizados em áreas extremas: um dentro da sede, outro na saída e um terceiro que é citado apenas pelo fato de ali ter sido o início da história dessa descendente de escravos chamada Rita.

A história de Vó Rita

Rita Felizarda de Jesus nasceu em 1909, neta de escravos que deram origem ao quilombo, em meados da primeira metade do século XX. Naquela época, Vó Rita foi com sua família da cidade de Feira de Santana (BA) para Goiás, estabelecendo-se no município de Trindade, segundo relato das filhas de Vó Rita, Ilda, 72 anos, e Maria das Virgens, 71, e das netas Neide, Geneci e Elaine e da sobrinha Elenilde.

Pela narrativa das filhas, uma previsão surgida à época de que o mundo acabaria e que o primeiro local a ser atingido seria a Bahia fez com que os pais de Vó Rita decidissem sair de sua cidade natal em busca de segurança e melhores condições de vida.

Em Trindade ela teve 11 filhos e para manter a família passou toda sua vida trabalhando em uma fábrica de farinha que existia na cidade, além de lavar roupa para algumas famílias. Enquanto as filhas a ajudavam no trabalho doméstico e também na fábrica de farinha, os filhos trabalhavam na roça, com plantação de arroz, mandioca, milho e outros produtos, que eram comercializados no município e também serviam para subsistência.

À época, ainda segundo o testemunho dos descendentes de Vó Rita, tudo era muito difícil, o que fazia com que ela aproveitasse o que dispunha da natureza e o que conseguia com o trabalho para que a família não passasse necessidade. Dessa forma, sacos de estopa eram transformados em roupa, bagaços da prensa da mandioca ou milho em ração para os animais ou mesmo como complemento da alimentação familiar. Mesmo com todo o esforço, os filhos relatam que a família chegou a passar fome, não impedindo a matriarca de, mesmo com pouco, sempre doar para aqueles que tinham ainda menos. Durante uma roda de conversa com filhas da matriarca Rita, ao lembrar a história da família foi possível observar a emoção de todos os presentes.

Não há documentação oficial dessa época, nem registros para além de fotos antigas e da fala dos descendentes de Vó Rita. Nem mesmo ligações com os outros bairros negros do município, a não ser entre a própria família e com a Associação Quilombola, porém, nesta, num caráter mais formal e quase inexistente. É necessária uma pesquisa mais detalhada, com tempo para abranger essas questões e obter mais dados sobre esse aspecto, o que pode possibilitar a descoberta de ligações entre os bairros e a população negra no município e mesmo entre as cidades vizinhas, incluindo Palmeiras de Goiás.

Tal conjectura pode ser considerada a partir de semelhanças entre determinadas práticas e saberes observados nas duas cidades – elementos identitários –, no contato com as famílias negras tanto de Palmeiras como de Trindade. São práticas como o benzimento, a devoção a São Sebastião e a Santo Antônio e a manipulação de ervas na cura de algumas enfermidades. No caso de Trindade há uma cultura interessante, que é a tradição do Cordão de São Francisco. Todos esses elementos serão abordados mais adiante.

Quilombo Vó Rita e a relação com Trindade

Como já citado, além dos Setores Bela Vista, Pai Eterno e Sul, outros bairros negros foram identificados pela presidente da Associação Quilombola Vó Rita, Luzia de Fátima Basílio, mas não foi identificada uma relação entre os bairros. Apesar da Associação e do reconhecimento, ainda não há nenhum tipo de trabalho voltado para a comunidade negra. Nem nos bairros identificados como negros, nem na Associação como um todo, salvo ações



Associação Quilombola Vó Rita e a presidente Luzia Basílio – município de Trindade



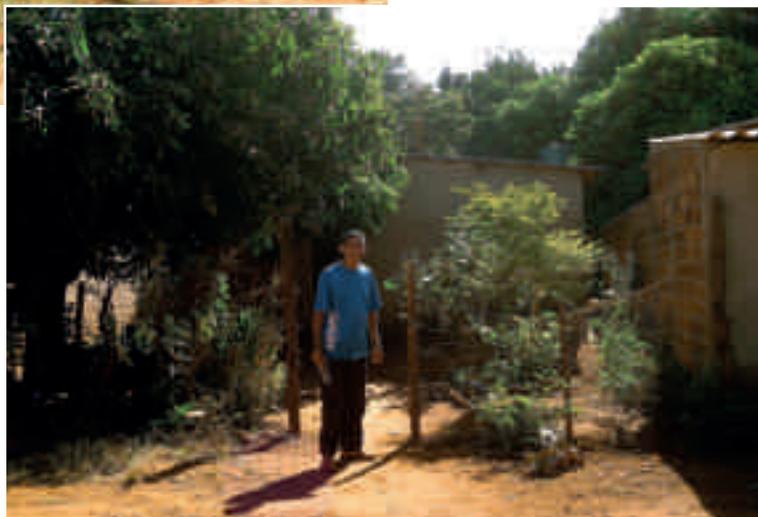
que já eram feitas antes de a entidade deixar de ser Associação Quilombola de Trindade para virar Associação Quilombola Vó Rita. São ações quase todas voltadas à questão sociocultural, por se tratar de um bairro periférico, com índice de violência e demandas sociais relevantes. Entretanto, há, de ambos os lados, planejamentos relacionados a ações voltadas para a população negra de Trindade.

As ações realizadas pela Associação Quilombola ainda se concentram na realização de festejos típicos e algumas atividades ligadas à religiosidade – em especial, no caso da Associação, de cultos afro-brasileiros ligados ao candomblé e à umbanda.

O fato de não haver um trabalho realizado em conjunto acaba por influir na visão das famílias negras com relação ao município e à própria comunidade da qual fazem parte. Não há uma consciência nesse sentido, o que dificulta o trabalho em favor dessas comunidades. Todavia, apesar de certa dispersão quanto aos laços, não se pode dizer que não haja ligações entre a comunidade negra de Trindade ou mesmo que o Quilombo Vó Rita não seja uma comunidade coesa, uma unidade étnica com fortes traços afro-brasileiros. Os próprios saberes e práticas, mesmo que em alguns casos inconscientes de sua significação e em locais distintos da cidade, provam que



Setor Bela Vista/Mariópolis, em Trindade



se trata de um território negro, com características próprias e também compartilhadas com os demais, no que se refere ao conhecimento, à manutenção de tradições perpassadas através dos tempos. Nesse sentido, mais uma vez Hobsbawm pode ser citado, quando diz que “não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam” (p.16). Em outras palavras, os saberes e fazeres desses territórios, de maneiras diferentes, mas com um ponto comum – a ancestralidade afro-brasileira e seus adendos –, ligam-nos, traduzindo de diversas formas sua identidade e cultura.

Ainda que esteja localizada em bairros espacialmente distintos, é possível apontar, de maneira incipiente, laços que podem ligar a comunidade, tanto no que diz respeito às práticas como quanto às próprias ligações de parentesco. Assim como referido pela comunidade de Palmeiras, em Trindade também é apontada, a partir dos relatos feitos, em especial no Setor Bela Vista, a questão da discriminação racial velada por parte da população branca do município. “Minha mãe, a gente morava lá no centro... E na época a gente não sabia por que essa diferença. A gente pensava que era por causa da pobreza. Aí, depois que a gente foi crescendo que a gente viu que a diferença era da cor mesmo. (...) Eu tive muita discriminação, tanto onde minha mãe lavava roupa como na escola também. Um dia eu fui buscar uma roupa pra minha mãe lavar e eu cheguei e sentei no sofá da senhora e ela mandou eu levantar e foi lá e pegou um perfume e botou no sofá”.

Tratar sobre essas questões implica mergulhar numa série de acontecimentos históricos e sociais que vêm desde a época escravocrata até a atualidade. Na compreensão da visão do negro como *peça* e não gente e daí em diante os ciclos que culminaram no processo de urbanização – os chamados quilombos urbanos, e todas as reminiscências trazidas com todo esse processo. No entanto, o objetivo deste trabalho não é aprofundar-se nessa questão, mas trazer à cena a história e o patrimônio negro existente em dois territórios quilombolas, ricos em cultura e ancestralidade.

Falas e memórias de um patrimônio negro

Falar em patrimônio representa citar um mundo de significados quando se trata, sobretudo, de memórias, de falas, de pessoas e heranças formadoras de uma identidade comum. Muitos conceitos e discussões caminham no cerne do significado do patrimônio físico ou simbólico de um lugar, de um povo, suas tradições, ritos ou edificações seculares formadores dessa identidade. As memórias e falas das famílias negras de Trindade e Palmeiras de Goiás são muitas. O legado deixado pelos antigos também. E são alguns desses bens móveis e imóveis que serão apresentados neste capítulo.

É possível afirmar no que concerne às duas comunidades – Quilombo Vó Rita e Goianinha –, que mais que bens móveis, o patrimônio imaterial, traduzido nas histórias, nos saberes antigos ainda continuados ou lembrados, tais como benzimentos, receitas etc., é a maior evidência presente em ambos os territórios e que permitiu a identificação destes enquanto comunidades negras.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão federal criado para salvaguarda do patrimônio no final dos anos 1930,

O patrimônio material protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos².

² Ver: iphan.gov.br

Ainda segundo o IPHAN, no caso do patrimônio imaterial, amparado no Decreto-Lei nº. 25, de 30/11/1937,

Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)³.

Já a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura – Unesco define patrimônio imaterial como

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural⁴.

Destarte, considerando o patrimônio das comunidades negras de Trindade e Palmeiras de Goiás também como um bem cultural brasileiro, o Artigo 216, da Constituição Federal de 1988, diz que o *conjunto de bens culturais, de natureza material e imaterial, que se referem à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade*⁵, alinhado ao conceito definido pelo IPHAN e discutido por muitos autores que debatem tal tema. Todos caminham no bojo da tradição e costumes junto à memória, à oralidade, num conjunto ‘*par*’ que permite identificar tais traços em territórios como os aqui estudados.

Ou seja, a forma como de mexer um peneiro de farinha, como produzir um cordão bento, como macerar uma erva para uma garrafada, para além dos artefatos tangíveis como um pilão, uma casa antiga, são igualmente importantes na formação da identidade de um território, de um grupo, de um povo, do seu patrimônio – individual ou coletivo. Para Funari (2009), *valores sociais* mudam com o tempo e sob esse aspecto a memória e a forma como ela é tratada no âmbito da preservação das tradições ou na perpetuação dela. No que se refere a essa questão, a partir de todo o trabalho realizado nos dois municípios e no material produzido, não seria errado dizer que por se tratar de um território onde a oralidade não deixa de ser a maior ferramenta de identificação desses espaços, a memória está intrinsecamente ligada a isso, como fator-chave nesse processo de manutenção e ressignificação por que passam tais sítios.

Sendo assim, apresentamos a seguir alguns dos saberes e artefatos identitários da história, cultura e patrimônio desses quilombos.

3 Ver: iphan.gov.br

4 Ver: iphan.gov.br/unesco.org

5 Ver: Constituição Brasileira, Art. 216.

Palmeiras de Goiás Goianinha

Para o antropólogo e etnólogo Stuart Hall (1997), a oralidade, a narrativa local é o *“meio, através do qual, pensamentos, ideias e sentimentos são representados na cultura [...], portanto, central no processo de produção de significados”* (p. 01). No contexto em que está inserido este trabalho, é uma tarefa difícil trabalhar com a oralidade, sobretudo quando se trata de um levantamento histórico de uma comunidade negra cujos documentos oficiais inexistem, considerando a memória a principal ferramenta nesse sentido. Em Palmeiras foi assim. Não existem artefatos antigos ou registros tangíveis de uma cultura. O que existe é a memória da comunidade, são as lembranças dos velhos, dos filhos. Daquelas que cresceram e viram um bairro antes segregado se transformar em um grande bairro urbano, integrado ao cotidiano local do município – seja quanto ao seu espaço físico; seja quanto à chegada de novas pessoas ao bairro, traduzindo-se em uma nova paisagem –, que vai ao encontro das palavras de Hall, na produção de significados, na constituição de uma história.

Foram identificadas algumas práticas e narrativas que compõem, sobretudo, o patrimônio imaterial do bairro: a cultura da roça, a produção de fumo, o uso do pilão, os benzimentos, a utilização de ervas para fins medicinais, as brincadeiras (cirandas e outras que eram exclusivas dos negros e os brancos não podiam participar) e as festas. Todas oriundas da memória das famílias negras locais, de seus reflexos, de suas experiências. As memórias aqui citadas também se traduzem nas memórias dos negros do Quilombo Vó Rita, partilhadas e recontadas sob outros olhares.

*Cenas do cotidiano no bairro
Goianinha – Palmeiras de Goiás*





Família reunida junto à placa em homenagem a Luiz de Carvalho, em Palmeiras de Goiás

Placas em homenagem a um dos patriarcas das famílias negras de Palmeiras, ainda vivo, Luiz José de Carvalho, e a Dona Esmeraldina Maria de Jesus, nos Setores Goianinha e Aeroporto, produzidas pela prefeitura e ambas inauguradas em 2013, mostram o quanto a simbologia e a memória estão intrinsecamente ligadas no que tange à coletividade, à historicidade e a vivências, que tornam o outro parte importante na composição social e simbólica de um território. Isso agrega valores e traz representatividades a núcleos familiares como os das famílias negras de Goianinha e Aeroporto. A emoção e o orgulho do reconhecimento de Seu Luiz e Dona Esmeraldina ao ganharem a homenagem estavam estampados nos rostos e sorrisos de seus familiares.

Nesse sentido, Halbwachs (2006), para quem o papel da memória, enquanto mensagem partilhada do passado, é o de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo em que cristaliza os valores e as acepções predominantes do grupo social ao qual as memórias se referem (Peralta, 2007). A memória imbricada dentro dos quadros sociais, que por sua vez se traduzem nos aspectos culturais componentes desses quadros – memória socialmente construída.



Dona Esmeraldina e filha e Dona Sebastiana junto à placa em homenagem à primeira, em Palmeiras de Goiás

A memória do benzimento – benzedeiros, curandeiros, umbandistas

Quando dos 100 anos da abolição da escravatura no Brasil, segundo entrevistas, a igreja católica do município, por meio do padre Antônio, já falecido, fez um levantamento sobre a questão do negro na comunidade. Algumas mulheres do bairro Palmeiras foram chamadas para falar sobre a cultura negra local e apresentarem músicas e danças. Porém, os temas ligados à religião de matriz africana não foram mencionados.

A população negra de Goianinha tem pouco contato com as religiões chamadas de matriz africana, como a umbanda, uma vez que seus atuais praticantes não se originaram dali. Os benzedeiros ficaram assim restritos aos círculos familiares. Diz um dos depoimentos: “Papai Bastião, que é avô dos negros, era católico. Porque não tinha outra opção, né? Tinha que ser católico. Mas ele praticava muito os rituais africanos, às escondidas. Diziam que ele era feiticheiro”.

Por conta da dificuldade de se obter dados precisos, não foi possível identificar as relações de parentesco entre as duas cidades. Mas, tanto em Palmeiras como em Trindade há relatos sobre parentes que residem nos dois municípios e que procedem de um mesmo núcleo familiar, com ramificações nessas regiões e similaridades no que se refere a algumas práticas e culturas, como os benzimentos e festas religiosas. Isso aponta para a existência de relação, ainda que não documentada, entre as comunidades ou entre os municípios.

Os benzimentos são elementos de matriz africana e afro-brasileira que ainda são praticados em Palmeiras – benzimentos de cobreiros, ventre virado, arca caída, quebranto e outros males. Hoje são poucos os que ainda praticam, em função de terem se tornado adeptos de outras religiões. Um exemplo é Dona Sebastiana, evangélica há mais de 40 anos, que abandonou a prática quando se converteu. No entanto, lembra-se do tempo em que sua mãe benzia e como aprendeu, observando-a: “Quando o menino estava com ‘vento virado’, pegava o menino assim pra cima, com as perninhas pra cima e batia na porta em cruz. E aí com aquela fé a pessoa sarava mesmo. E aí, pra benzer de ‘quebranto’, era do mesmo jeito, só que as palavras para benzer de quebranto era diferente. O cobreiro, a pessoa ficava de lá, com as costas virada e a gente pra frente com a pessoa. Aí, ia benzer e falava assim: o que é que eu corto? E a pessoa respondia assim: cobreiro brabo. Aí a pessoa que tava benzendo dizia: corta a cabeça e o rabo. E fazia aquela benção e a pessoa sarava.”

Com uma memória ativa e uma alegria estampada ao relembrar essa época, Dona Sebastiana contou que quando o benzimento era para tirar quebranto, por exemplo, utilizava-se um mato conhecido como vassourinha, que se



*Adão, Sebastiana e Luiz
Carvalho, bairro Goianinha –
Palmeiras de Goiás*

encontra na beira de córregos. Diz ainda que, ao contrário de sua mãe e sua avó, ela não benzia as pessoas, e que, em um único momento, usou de sua fé, através da oração, para sanar uma dificuldade, numa história curiosa: “Nós era criança e tinha muito medo de apanhar, né? E nós brincando com fogo perto de uma chacinha nossa. E lá, nesse tempo, não fazia cerca em pé (...). Lá cercava a roça todinha com aquelas faixinhas, galhos de pau. Amontoando os galhos de pau, cercava a roça todinha. Foi pegar o fogo e tava pra pegar na chácara, tava pra pegar na cerca. E eu, com aquelas palavras que a minha mãe falava, né, e eu usei aquelas palavras, que Deus usou pra mim fazer, que era um encruzes. Aí, eu cheguei naquele fogo, já numa distancinha boa, e falei aquelas palavras que minha falava, né: ‘Santo Nato, Santo Nato é, assim como Santo Nato anda na companhia de São José, o fogo há de parar, há de parar até debaixo dos meus pé’. E o fogo só veio até debaixo do pé e apagou, através da simplicidade da gente. E Deus ouviu e apagou aquele fogo.” As palavras de Dona Sebastiana remetem ao trabalho de Halbwachs, que aponta a memória individual existindo a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Nesse caso, do seio familiar de Dona Sebastiana e intrinsecamente presentes em sua fala e memória.

Hoje, a comunidade é atendida por um posto de saúde e um hospital, mas antigamente o remédio utilizado pela população negra era dos conhecedores das ervas, os “doutores do mato”, como se identifica nessa fala: “Tínhamos bons médicos. Papai Bastião, que era bom nisso, extraía do Cerrado os nossos medicamentos. Meu pai



*Dona Sebastiana
segurando um ramo de
folha utilizada para chá*



Seu Erones na finalização de um benzimento, em Palmeiras de Goiás

também era chamado de raizeiro, bom raizeiro, graças a Deus. Então, a gente se cuidava assim, até porque aqui não tinha hospital. Tinha uma farmácia que era pra atender a família branca. Nós não tínhamos dinheiro pra comprar remédio”.

Dos benzedores da região, ainda praticantes e procurados por muitas pessoas, residente a alguns quilômetros da sede do município, Seu Erones Batista Godoi é um dos mais antigos, que não só mexe com ervas na produção de garrafadas, como também trabalha na cura de males como os já citados. Mineiro de Araguari, Seu Erones cresceu com a herança da tradição dos reisados em sua região. Hoje, recluso na Fazenda Serrana, cuidando de búfalos e dos afazeres do campo, ele conta que a prática do benzimento foi herdada: “Eu nasci num dia de sexta-feira, seis horas da tarde. Aí uma parteira que vinha caçando um charlatão⁶ na região. Aí era eu. Ó, não é menininha, não. É um homem. Vou caçar ele. Chegou lá em casa e fui eu: Ó, meu charlatão aqui!”. Ainda sobre sua história, Seu Erones diz: “Fui crescendo fazendo garrafada pra família, pros amigos, pros outros. Mas não tenho isso como profissão (...). Fiz um santuário, que era da minha mãe e do meu avô e veio pra mim. E eu tenho ele como uma marca da minha vida. Mas o que eles não sabem é que o que cura é a fé. Se você não tem fé, como é que você quer se curar?”

Tanto com relação ao benzimento como às demais práticas, observa-se que os saberes herdados e os valores simbó-

⁶ Segundo depoimento de Seu Erones, ‘charlatão’ é a pessoa que faz garrafadas, benzeduras.

licos estão ligados e vivenciados por eles ao longo dos anos. Linearmente, “sabedoria”, como forma de conhecimento, diz respeito à valorização da experiência humana, de maneira a elevar o sentido moral da vivência individual ou coletiva. Como maneira superior de reconhecimento de vivências humanas, saber tem mesmo mais sentido do que o simples registro, e as histórias ganham sentido social exatamente por isso (Meihy & Holanda, 2007:74).

Os santos e a religiosidade de matriz africana

A religiosidade da comunidade negra de Palmeiras de Goiás se divide entre o catolicismo, as igrejas neopentecostais e, em número muito pequeno, as religiões de matriz africana. Grande parte das famílias quilombolas do bairro frequenta igrejas protestantes, em especial os mais velhos. Do outro lado, mulheres preservam as tradições passadas através dos tempos, continuando o que a mãe, a avó começaram e tentando passá-las para as novas gerações. Entre as tradições, destacam-se a Festa de São Sebastião, a Festa de São João e os Dois Terços.

Em paralelo, há a presença de casas de santo no município, umbandistas. Apesar de ser uma religião com elementos de matriz africana, ela atualmente estabelece pouco contato com o bairro ou mesmo com o município. Uma curiosidade é que os praticantes confessos da umbanda pouco têm a ver com os benzedeiros, como Seu Erones, por exemplo. No entanto, todos ou quase todos têm algum vínculo ou buscam grandes centros espíritas na capital, Goiânia.

Os “Dois Terços”

As mulheres negras de Goianinha não sabem indicar com precisão quando surgiu a tradição da reza dos Dois Terços. Acreditam que provavelmente as avós já faziam, que devem ter herdado das mães e assim sucessivamente. Hoje são preservadas duas rezas: uma para São Sebastião e outra para São Benedito, sob a responsabilidade da família de Maria Luiza há 48 anos.

Segundo a narrativa dos entrevistados, todos os anos, no último domingo de janeiro, a família se reúne para a reza, quando é servido um jantar para sete “inocentes” (crianças) e, em uma mesa separada, para os demais participantes. Conta-se que tal tradição se deu em função de uma graça pedida a São Sebastião durante um período de seca no município, quando as roças não podiam ser cultivadas.

Segundo Seu Adão, essa prática foi herdada da família Franco, sendo considerada uma tradição branca. Já o terço dedicado a São Benedito, cumprido durante os festejos juninos, é considerado parte da herança dos escravos



Igrejas de São Sebastião e São João, em Palmeiras de Goiás

e ex-escravos que povoaram o bairro. Durante a festa há levantamento de mastro, quadrilha, ladainhas e outras atividades em louvor ao santo.

A memória do pilão

O pilão foi um artefato muito utilizado pelas famílias da região. Em Palmeiras de Goiás se utilizava muito para socar o arroz produzido nas roças das fazendas, para consumo e também comercialização, quando havia chance para essa prática. Era costume das mulheres acordar muito cedo para ajudar na roça e na volta para casa socar arroz para produzir a comida do dia seguinte. A origem do pilão na comunidade não é identificada, mas a memória dos mais velhos registra a presença desse artefato desde antes de seus avós. Na residência de Dona Sebastiana é possível encontrar uma réplica de um pilão utilizado em tempos antigos.

Mas não só o pilão era produzido e usado no cotidiano das famílias negras locais. Para além dele, a comunidade também produzia artefatos em madeira, taboca (bambu), como peneira, colher de pau e outros produtos, em geral de uso doméstico, além de chinelos feitos de couro de vaca. Não foi possível o registro de nenhum desses artefatos antigos confeccionados pela comunidade, nem quando e quem introduziu essa prática.



*Pilão antigo,
Palmeiras
de Goiás*

Nesse sentido, vale citar a confecção de vestimentas utilizadas por eles, considerando a escassez de recursos da população negra local. As mulheres plantavam o algodão, colhiam, separavam os fios, teciam e produziam as vestimentas utilizadas pelas famílias negras, empregando teares, numa cadeia operatória que até alguns anos atrás ainda era desenvolvida pela comunidade.



*Artefatos
antigos e pilão
– município
de Trindade*

A memória da roça

Santos (2006) diz que um sítio, uma roça, uma agremiação são paisagens com formas mais ou menos duráveis, tendo como ponto-chave a combinação de objetos naturais e fabricados, o que seria, por sua vez, resultado da acumulação de muitas gerações. No cerne do uso do pilão, como comumente acontece em outros sítios quilombolas, e apesar de o bairro Goianinha estar hoje totalmente inserido no contexto urbano local, antigamente havia, como forma de subsistência, as plantações de fumo e de alimentos. Na comunidade, as famílias cultivavam para a própria subsistência arroz, mandioca, milho, abóbora, batata. Todos plantavam e colhiam em geral os mesmos produtos. Quando se colhia em maior quantidade, os membros da comunidade trocavam entre si as quantidades excedentes.

Entre os produtos cultivados nas roças que ficavam próximas à comunidade havia a produção de fumo. “Meu padraço plantava a lavoura de fumo. Quando a folha de fumo tava começando a amarelar, ele colhia. Tinha um capãozinho de mato; não fazia casinha nem nada. Fazia tipo um estaleiro, com aqueles degrauzinhos, com as prateleirinhas e ia fazendo aqueles degrauzinhos de cima embaixo. Pra aquele fumo não secar no sol e acabar de madurar na sombra. Quando já tava no ponto bem de estalar, levava pra casa e ficava a noite inteira estalando fumo. Quando era pra fiar aquele fumo, aí nós ia ajudar ele, tudo estalado. Aí ele arrumava uma garapa de cana, pra ir molhando aquele fumo e pregar uma na outra e assim nós fazia”, relata Dona Sebastiana.

Essa prática também se estendia para outras famílias. Quando se pregava o fumo, ainda segundo a narrativa, todos os dias era preciso desenrolar fumo até chegar ao ponto certo. A produção era destinada tanto para o consumo como para comercialização.

Saberes, fazeres e sabores

O que hoje conhecemos como gastronomia afro-brasileira tem suas origens na África e suas ressignificações, principalmente com os conhecimentos da cultura alimentar indígena, incorporadas à culinária brasileira, em que o arroz, o feijão, o milho, o cuscuz e os temperos como o açafrão, o óleo de dendê, a pimenta-malagueta, a erva-doce, o gergelim, o leite de coco e tantos outros itens povoam a nossa vasta cultura alimentar.

Nas oportunidades de trabalho de campo em que foi possível partilhar da alimentação junto com as famílias nas comunidades, em especial em Goianinha, as características alimentares se revelaram fortemente, como as pimentas, a canjica e os ensopados.



*Canjica preparada
por Dona Sebastiana,
Palmeiras de Goiás*

Com relação aos saberes e fazeres antigos no que tange à culinária das famílias negras na Comunidade de Palmeiras, foi destacado nos depoimentos o orgulho das receitas passadas através de gerações e ainda hoje presentes na memória dos quilombolas do bairro Palmeiras. Dona Sebastiana cita algumas das comidas feitas na época da sua avó e mãe e por outras famílias das fazendas da região.

Bolo de arroz

Coloca-se o arroz já limpo de molho até ele inchar. No dia seguinte, escorre-se a água e coloca-se o arroz no pilão, socando-o até atingir uma massa consistente. São então adicionados leite coalhado e raspa de mandioca, misturando todos os ingredientes, amassando-os e acondicionando-os em folhas de bananeira. Após, leva-se ao forno a lenha até a assar. O bolo está pronto quando começa a ficar rosado. Dona Sebastiana não soube dizer o tempo exato de permanência no forno.

Molho de mamão

Separa-se um mamão ainda verde (“de vez”, como comumente chamado) e descasca-se todo ele, para não amargar. Coloca-se o caldo do feijão junto ao “insumo” do mamão, adicionando cebolinha e pimenta-cheirosa e leva ao forno até ficar no ponto de um molho.

Quilombo Vó Rita

Os santos e a religiosidade de matriz africana

A prática do benzimento também fazia parte do cotidiano de Vó Rita, mas, ao contrário do que acontece em Palmeiras, não foi passada de mãe para filho. Vó Rita aprendeu a benzer com uma senhora vinda do Maranhão, sua vizinha, Maria Nortência, que a ensinou as várias maneiras de fazer o benzimento para as aflições específicas, utilizando os instrumentos certos – a força da oração, um galho de arruda e outros insumos da natureza.

Segundo os filhos, Vó Rita utilizava uma toalha sobre o ombro, sendo chamada para benzimentos de arca caída, cobreiro, quebranto e outros males. Algumas de suas filhas herdaram a prática e ainda hoje benzem utilizando as mesmas formas que a mãe. Há ainda as que benzem utilizando somente a fé, sem, contudo, exercer essa prática, como cita dona Ilda: “A minha filha caçula mora na fazenda. Um dia eu cheguei lá na fazenda e ela tava com um negocinho aqui (boca) que a aranha tinha passado, cheio de carocinho e minando água. Eu falei: ‘Isso é cobreiro’. ‘Uai, mãe, o que é que eu faço?’ (...). Eu falei assim: ‘Se você tiver fé, a mãe vai te benzer’ (...). Peguei uns talinhos de mamona, peguei três cabinhos e ela sentou lá e eu falei assim: ‘Cobreiro brabo, corta a cabeça e o rabo’. Torna a rezar, um Pai-nosso, Ave Maria, pra Nosso Senhor Jesus Cristo. Cortei e pus pra secar em cima da telha. Não desceu mais.”

Uma semelhança com o benzimento feito em Palmeiras e também pela Vó Rita é para “ventre virado”, relatado pelo depoimento da Dona Sebastiana, que é virar a criança de cabeça para baixo, pegar pelos pés e cruzar na porta. Apesar de também mencionado pelas descendentes de Vó Rita, nenhuma relação com a população de Palmeiras foi identificada, mas a semelhança do procedimento também pode ser um fator de ligação entre as comunidades.

Vó Rita era devota de São Sebastião, Santo Antônio e a Festa para São João também era realizada por ela. Ainda hoje as imagens utilizadas por ela estão sob os cuidados da filha. Na cidade, diferentemente de Palmeiras, a presença de casas de matriz africana, como terreiros e casas com pontos, são marcantes e muitos adeptos da umbanda são integrantes da comunidade negra local ou são oriundos de municípios vizinhos e da capital, Goiânia, o que inclui a cidade de Palmeiras.



*Imagens afro-brasileiras
– Trindade*



*Santos pertencentes a Vó
Rita, ainda preservados
pelas filhas – Trindade*

Cordão de São Francisco

Também foi a vizinha Maria que ensinou Vó Rita a prática da produção do Cordão de São Francisco, até hoje perpetuada por sua descendência. O cordão era tecido por ela e eram feitos sete nós que correspondiam aos sete mistérios, como se ela estivesse rezando um terço ao dar cada nó. De acordo com as filhas, Vó Rita dizia que o cordão era uma proteção para o morto chegar ao seu lugar de destino sem que nenhum mal lhe acontecesse. Cada filho tinha seu cordão e sempre que um membro da família morre, o cordão é posto no morto para que ele seja enterrado protegido.

Cordão de São Francisco de uma das filhas de Vó Rita, Trindade



A história da bacia com água na véspera de São João

Uma história curiosa contada pelas filhas de Vó Rita sobre um costume até há pouco mantido por elas, mais uma vez traduz esses ‘saberes’ como parte do patrimônio imaterial desse sítio, considerando-o parte do todo que é a população negra de Trindade e sua cultura. Tradava da tradição de colocar uma bacia com água todos os anos, no dia de São João, 24 de junho, a fim de verificar se no ano seguinte estariam vivos. Quem ensinou tal prática não foi possível saber, mas trata-se de uma tradição que já veio com a família de Vó Rita e que ela continuou até sua morte.

Uma bacia com água era posta na porta da casa e ali ficava até o dia seguinte. Ao nascer do sol, quando a pessoa ia e se mirava através da água posta, se a orelha não fosse vista significava que a pessoa não estaria viva no São João seguinte. “Ela (Vó Rita) tinha problema de coração, pressão alta, essas coisas, e num dia de São João ela olhou e falou assim: ‘É, meus filhos, no outro São João eu não tô aqui mais’. Eu falava: ‘Que bobagem, mãinha, no outro São João a senhora tá aí com nós’. ‘Não, eu não vi minha orelha. No outro São João eu não tô viva’. Aí, quando foi no próximo ano, em fevereiro, ela faleceu.”

Também sob essa égide das práticas e tradições ligadas à religiosidade, Vó Rita pegava um ramo de filha-santa (planta que não souberam identificar o nome) e fazia uma coroa para pôr na cabeça. Feito isso, a matriarca pulava a fogueira de São João e então guardava a coroa em casa, numa parte alta. Segundo as filhas de Vó Rita, quando ela fazia isso o ramo germinava e crescia em volta da casa sem que houvesse regado ou posto qualquer tipo de adubo.

Dois comunidades, dois espaços, um patrimônio negro comum

A pesquisa realizada nas cidades de Trindade e Palmeiras de Goiás permitiu a observação de alguns pontos distintos quanto às comunidades Vó Rita e Goianinha, especialmente no que se refere aos seus elementos identitários, culturais, simbólicos. A começar por sua origem – as duas cidades tiveram como ponto central para seu crescimento a construção de capelas dedicadas a santos católicos.

Na primeira ainda há desconhecimento local da comunidade, tanto por parte da população negra, quanto da sociedade em geral do município, o que implica na perda, de forma gradativa, de muitos dos traços e heranças

que ainda existem nesses sítios, com os remanescentes dos primeiros negros que povoaram a região e introduziram sua cultura, seus conhecimentos. Isso significa que quase todos os pontos destacados – senão todos – estão imbricados na oralidade.

A população tem pouco conhecimento sobre a existência do quilombo, sua história etc. Nesse sentido, ressalta-se que, apesar de não ser pública, a história do Quilombo Vó Rita ganha dimensões simbólicas e territoriais a partir das iniciativas das famílias negras locais. Vale lembrar que no Brasil, até 1988, informava-se oficialmente que não existiam “muitos” quilombos, talvez uma centena. Atualmente esse número ultrapassa a fronteira dos quatro mil e, destes, mais de dois mil são reconhecidos pelo governo federal. Por isso, não é propriamente uma novidade o desconhecimento de suas existências, mesmo entre as famílias negras.

No entanto, são inegáveis os elementos característicos quanto às origens escravas afro-brasileiras presentes nos bairros que compõem o Quilombo Vó Rita, legitimando o reconhecimento da comunidade por parte da Fundação Palmares. Tratou-se de um sítio cujo objetivo inicial foi formalizar uma matrícula universitária em que havia a necessidade de comprovação da descendência afro-brasileira. A partir daí foi sendo construído um processo de reconhecimento e hoje se pode perceber que o Quilombo Vó Rita está se estruturando enquanto organização e comunidade, o que, com a união dos membros da Associação e da população local vinculados a trabalhos voltados para a população negra, de reconhecimento e introdução à história negra local, caminhará gradativamente para novos rumos no que concerne à preservação dessa cultura.

Do outro lado, a comunidade negra de Goianinha, formada em sua maioria pela família Carvalho e descendentes, embora não tenha reconhecimento enquanto comunidade quilombola, situada num setor urbano do município de Palmeiras de Goiás, mostrou-se como uma unidade cuja identidade e histórico cultural, social e simbólico guardam elementos que a caracterizam como uma comunidade negra, quilombola.

Observa-se em Goianinha um sentimento de pertencimento. Enquanto em Trindade os relatos giram em torno de não haver nenhum “tipo de problema em ser negro”, em Palmeiras de Goiás, no bairro Goianinha, observa-se a relação social e familiar de uma forma natural, ainda que a comunidade esteja inserida numa área urbana e sofra as consequências disso. São famílias negras que se buscam e reconhecem como tal a partir de elementos próprios. A fala de Seu Sara representa bem isso, quando afirma: “Eu sou o que sou por causa dos meus ancestrais”.

No que tange às ligações de parentesco entre as duas comunidades, em nenhum dos depoimentos dados foi mencionada uma ligação entre ambas. Contudo, várias similaridades foram identificadas, dentre as quais as festas para São João, Santo Antônio e São Sebastião, com batizado na fogueira, novenas, além do uso similar de alguns

artefatos, como o pilão, por exemplo. Tais observações estão ligadas em função da migração das famílias negras entre os municípios, considerando que eles são geograficamente próximos. Porém, uma pesquisa mais aprofundada sobre a questão permitirá melhor identificar os laços de parentesco que aparecem de forma subliminar.

Observa-se também que a expansão urbana nas cidades de Trindade e Palmeiras de Goiás afetou consideravelmente a unidade política e organizacional das comunidades negras estudadas, o que conseqüentemente se traduz também no reconhecimento local enquanto unidades negras. Ao mesmo tempo em que a expansão modifica as dinâmicas sociopolíticas, agrega novos valores e identidades à comunidade. Também nesse cerne, o que se observa no discurso dos dois sítios quilombolas é que não há uma preocupação com a questão da regularização do espaço físico onde se encontram. Na primeira, porque a comunidade está localizada em três bairros distintos da cidade, que formam o todo que é o Quilombo Vó Rita. Na segunda, porque a maioria das famílias negras tem a escritura de suas casas, o que não configura uma luta por um espaço físico próprio.

A questão fundamental em ambas é a identidade cultural comunitária que sedimenta os pertencimentos social e racial. Como afirma Munanga, “a memória e a territorialidade têm por função assegurar a preservação do sentimento de unidade, continuidade e existência do grupo. Entram na construção da memória a história de vida, as projeções do imaginário e a criação dos mitos legitimadores”.

Há citações de artesanato feito em cerâmica por negros de Palmeiras de Goiás na cidade de Trindade, o que configuraria uma ligação entre os dois municípios, mesmo que durante a pesquisa de campo não tenha havido uma ênfase quanto às relações de parentesco intermunicipais das famílias negras.

Assim, em ambas as comunidades, Goianinha e Vó Rita, com suas particularidades e uma participação maior em uma do que na outra, têm-se dois sítios cuja identidade coletiva é perceptível, configurada sob aspectos de luta e busca por melhores condições, por reconhecimento, por manutenção das tradições. Unidades coesas dentro das suas limitações. Quilombolas conscientes da sua herança ancestral.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Ana C. Lima. **O patrimônio cultural brasileiro: novos instrumentos de preservação.** Brasília: MINC/IPHAN, 2002.
- FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: _____. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural da pós-modernidade,** Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1997, p. 01.
- HOBSBAWM, E. & RANGER, T. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- MEIHY, J. C. S. B. e HOLANDA, F. **História Oral – como fazer, como pensar.** Editora Contexto: São Paulo, 2007.
- NOGUEIRA, J. Carlos; NASCIMENTO, T. TOMAZIA. (Org.). **Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades.** Atilênde Editora. 2012.
- PASSOS, E. K.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividades.** Rio de Janeiro: Sulina, 2009.
- PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica.** Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória. n. 2. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2007.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria C. França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** Do pensamento único à consciência universal. Record: Rio de Janeiro, 2006.
- SILVA, J. MARTINIANO. **Quilombos do Brasil Central: Violência e resistência escrava (1719-1888)** Goiânia. 2003.
- SILVA, Mônica Martins da. **A festa do Divino: romanização, patrimônio e tradição em Pirenópolis (1890 – 1988).** Goiânia: Aгенpel, 2001.
- SOARES, André L. (Org.). **Educação Patrimonial: relatos e experiências.** Santa Maria: Editora UFSM, 2003.



